



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

02
M



Unidade Requisitante

Secretaria Municipal de Finanças, 01.614.537/0001-04



Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.



Equipe de Planejamento

Ildilene Santos Oliveira
Jessica Sabrina Miranda Lopes



Problema Resumido

A Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão enfrenta desafios relacionados à publicação de atos oficiais em conformidade com as exigências da Lei 14.133/2021, especialmente no que tange à observância dos prazos legais, à formatação adequada e à ampla disseminação das informações em veículos oficiais, como Diários Oficiais da União, dos Estados e jornais de grande circulação. Essas dificuldades resultam em atrasos, retrabalho e risco de comprometimento da transparência e regularidade dos processos administrativos

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão apresenta desafios significativos na publicação de atos oficiais, os quais devem estar em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei 14.133/2021. Esses desafios incluem a observância dos prazos legais estabelecidos, a formatação adequada dos documentos e a ampla disseminação das informações em veículos oficiais de comunicação. O não atendimento dessas exigências resulta em atrasos na publicação, retrabalho nas atividades administrativas e compromete a transparência das ações da administração pública.

A falta de um processo eficaz para a publicação de atos pode gerar consequências diretas na execução dos projetos municipais, causando impactos negativos na governança e confiança da população nas ações públicas. Além disso, a inobservância das exigências legais sobre a publicação pode resultar em questionamentos jurídicos que ameaçam a regularidade dos procedimentos administrativos, o que poderá onerar ainda mais os cofres públicos devido à necessidade de correções ou retratações.

Jéssica



Atender a essa necessidade é crucial para garantir que a gestão pública cumpra suas obrigações legais e efetive a comunicação clara e transparente com a sociedade. A publicação correta e tempestiva dos atos oficiais é uma medida essencial para promover o controle social, permitindo que os cidadãos acompanhem as ações do governo e participem ativamente do processo democrático. Portanto, a capacidade de cumprir esses requisitos diretamente se alinha aos princípios de responsabilidade, legalidade e eficiência que são fundamentais para a boa gestão pública.

Além disso, a adoção de um processo harmônico para a publicação de atos oficiais contribui para a visibilidade e a legitimidade da administração municipal, criando um ambiente propício para a colaboração entre a gestão pública e a comunidade, vital para o fortalecimento da democracia local. Esse alinhamento ao interesse público destaca a urgência e a importância da resolução desses problemas administrativos, que afetam diretamente a qualidade da governança em Itinga do Maranhão.

☰ REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão enfrenta desafios significativos na publicação de atos oficiais em conformidade com a Lei 14.133/2021. Para solucionar essas dificuldades, é imprescindível definir requisitos claros e objetivos para a contratação de uma solução que atenda às necessidades identificadas. A seguir, são apresentados os requisitos que a futura contratação deverá atender:

1. Capacitação técnica da equipe: A fornecedora deve comprovar a experiência na operação de plataformas de publicação de atos oficiais.
2. Atendimento aos prazos legais: A solução contratada deve garantir a automação da publicação dos atos oficiais, assegurando o cumprimento integral dos prazos estipulados pela legislação.
3. Formatação adequada: Os atos publicados devem seguir a formatação padrão exigida pela Lei 14.133/2021, incluindo elementos como identificação clara do ato, data, número do processo e informações pertinentes ao público.
4. Disseminação ampla das informações: A empresa deve possibilitar a disseminação dos atos em diferentes canais, incluindo Diário Oficial da União, Diários Oficiais Estaduais e jornais de grande circulação, respeitando as diretrizes de transparência.
5. Acompanhamento em tempo real: A empresa deve oferecer funcionalidade para monitorar a publicação dos atos, permitindo relatórios em tempo real sobre status e eventuais pendências.

Estes requisitos visam não apenas solucionar as deficiências atuais, mas também garantir que a Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão opere dentro dos padrões legais e de excelência em transparência e gestão pública.

Jenico



SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

04
M

Soluções disponíveis no mercado para a publicação de atos oficiais da Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão:

1. Serviços de Publicação Online em Diários Oficiais

- Vantagens:

- Custo acessível: serviços digitais costumam ter preços competitivos.
- Eficiência: publicação rápida e automatizada, reduzindo prazos.
- Acompanhamento em tempo real das publicações.
- Alta visibilidade nas plataformas online.

- Desvantagens:

- Dependência de internet: requer infraestrutura tecnológica.
- Potenciais dificuldades de adequação dos formatos exigidos por legislação específica.
- Risco de não atender todos os veículos tradicionais.

2. Agências Especializadas

- Vantagens:

- Expertise em comunicação pública: equipe especializada garante adequação e clareza nas informações.

- Serviços personalizados: consultoria para atender às necessidades específicas da prefeitura.
- Experiência comprovada na entrega de conteúdos em múltiplos veículos.

- Desvantagens:

- Custo elevado: honorários podem ser significativos dependendo do escopo.
- Possível dependência de um contrato de longo prazo, dificultando alterações futuras.
- Tempo de implementação maior devido à necessidade de alinhamento com a agência.

3. Sistemas Integrados de Gestão Pública (SIGP)

- Vantagens:

- Integração total: gestão administrativa, contábil e de publicações em um único sistema.
- Aumento da transparência: possibilita controle e auditoria dos atos administrativos.
- Atualizações constantes garantidas pelo fornecedor, garantindo conformidade legal.

- Desvantagens:

- Alto custo inicial de aquisição e manutenção.
- Tempo de implementação extenso para configuração e treinamento.
- Necessidade constante de suporte técnico especializado.

4. Plataformas de Distribuição de Conteúdo (ex. Google Drive, Dropbox)

- Vantagens:

- Custo baixo ou até gratuito em algumas opções.
- Facilidade de compartilhamento e acesso remoto aos documentos publicados.
- Flexibilidade para adaptar formatos conforme requerido.

- Desvantagens:

- Baixa formalidade: pode não ser reconhecido como veículo oficial de divulgação.

Jenico



- Falta de suporte específico para a aplicação de normas legais relacionadas à publicidade de atos.
- Risco de fragilidade na segurança das informações; possíveis brechas de privacidade.

5. Contratação de Consultores Jurídicos/Sociais

- Vantagens:
 - Consultoria especializada para garantir a conformidade legal de todos os atos antes da publicação.
 - Adequação ao público-alvo e ajuste da linguagem utilizada nos documentos.
- Desvantagens:
 - Custo elevado para contratação de consultores externos.
 - Possível lentidão no processo devido à necessidade de aprovações e revisões.
 - Limitação de capacidade se a demanda aumentar repentinamente.

Análise comparativa das soluções:

- Custo: Serviços de publicação online tendem a ser mais acessíveis, enquanto agências de comunicação e sistemas integrados são mais caros.
- Eficiência: As publicações online oferecem rapidez, enquanto consultores podem ser mais lentos devido ao processo de verificação.
- Prazo de Implementação: Plataformas simples como serviços online têm implementação quase imediata, já sistemas integrados e agências especializadas demandam mais tempo.
- Adequação ao Interesse Público: Serviços especializados (agências e consultores) garantem melhor adequação às normativas legais e expectativas sociais, enquanto sistemas tecnológicos podem necessitar de adaptações contínuas.

Considerando todos os fatores, a escolha ideal poderá variar conforme prioridades da Prefeitura, seja pela busca por eficiência de custos, qualidade da informação publicada ou cumprimento pontual das normas legais vigentes.



DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A escolha de agências especializadas para a publicação de atos oficiais da Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão se justifica pela necessidade de atender às exigências legais de forma eficiente e eficaz, minimizando os riscos de atrasos e comprometimento da transparência. Essas agências possuem conhecimento específico na gestão de publicações, o que garante que os atos sejam veiculados em conformidade com os requisitos estabelecidos pela Lei 14.133/2021. Este conhecimento especializado é fundamental para garantir a adequação à formatação exigida e ao cumprimento dos prazos legais, reduzindo significativamente a possibilidade de retrabalhos e possíveis sanções administrativas.

Do ponto de vista técnico, as agências especializadas oferecem uma solução escalável, capaz de se adaptar à demanda variável da Prefeitura. Além disso, elas utilizam tecnologia de ponta que permite a integração com sistemas existentes, facilitando a implementação sem interrupções significativas nos serviços públicos. A compatibilidade com plataformas de Diários Oficiais e outras mídias de

Jéssica



divulgação é um fator crítico que essas empresas estão preparadas para atender, garantindo que as publicações atinjam um público abrangente e diversificado, conforme preconiza a legislação pertinente. Esse caráter proativo no uso de tecnologias modernas representa um diferencial na eficiência operacional da gestão pública.

06
M

Os benefícios operacionais também são relevantes. A contratação de agências especializadas implica na disponibilização de suporte contínuo e manutenção das soluções oferecidas. Isso assegura que eventuais problemas técnicos possam ser resolvidos rapidamente, evitando paralisações que poderiam impactar negativamente a comunicação oficial. Ademais, essas agências costumam oferecer relatórios e métricas sobre a divulgação realizada, permitindo que a Prefeitura monitore a efetividade das publicações e faça ajustes necessários na estratégia de comunicação.

Em relação ao aspecto econômico, a escolha por agência especializada pode se revelar vantajosa sob a ótica do custo-benefício. Embora possa haver um investimento inicial considerável, as economias advindas da redução de retrabalho, melhoria na eficiência dos processos administrativos e aumento da transparência podem superar esses custos. Um retorno esperado em termos de otimização dos recursos e fortalecimento da confiança pública são resultados que justificarão esse investimento. Além disso, a experiência das agências permite negociar acordos favoráveis e condições que podem reduzir ainda mais os gastos relacionados à publicidade oficial.

Portanto, a contratação de agências especializadas se apresenta como uma alternativa altamente viável para a Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão, proporcionando não apenas a conformidade legal necessária, mas também um conjunto robusto de vantagens operacionais e econômicas que atendem ao interesse público, garantindo uma administração mais transparente e eficiente.

☰ QUANTITATIVOS E VALORES

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

| Lote 01 | | | | |
|--------------------|---|------------------------|--------|--|
| Item | Descrição | Unidade | Quant. | |
| 1 | Publicações de Atos Oficiais em Jornal de Grande Circulação | Centímetros por Coluna | 900,00 | |
| 2 | Publicações de Atos Oficiais em Diário Oficial do Estado | Centímetros por Coluna | 600,00 | |
| 3 | Publicações de Atos Oficiais em Diário Oficial da União | Centímetros por Coluna | 350,00 | |
| Valor Total | | | | |

☰ PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação não será parcelada.

A contratação não será parcelada em função da necessidade de uma solução integral e imediata para os desafios que a Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão enfrenta na publicação de atos oficiais.

Jenico



A complexidade e a interdependência dos serviços prestados por agências especializadas demandam uma abordagem unificada, que assegure a conformidade com a Lei 14.133/2021. O parcelamento, neste contexto, poderia resultar em desarticulação dos processos, dificultando a integração das diferentes etapas necessárias para a sua implementação eficiente.

Ademais, a natureza dos serviços relacionados à comunicação oficial exige um fluxo contínuo e consistente de informações. Parcelar a contratação poderia ocasionar atrasos na execução do serviço, comprometendo prazos legais e a regularidade das publicações. Essa situação exigiria retrabalho e poderia comprometer a transparência e a credibilidade da administração pública, diminuindo o acesso à informação para a população e aumentando o risco de sanções administrativas.

Por fim, a não parcelização da contratação alinha-se melhor ao atendimento do interesse público, garantindo uma resposta estratégica e eficaz aos problemas identificados. Ao optar por uma única contratação, a Prefeitura poderá assegurar que as soluções adotadas sejam adequadas e plenamente integradas, maximizando assim a eficiência da operação e promovendo uma gestão pública mais transparente e responsável.



RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de agências especializadas para a publicação de atos oficiais da Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão visa trazer economicidade ao processo administrativo. Essas agências possuem conhecimento e infraestrutura adequada, o que permite a realização das publicações de forma mais ágil e eficiente, reduzindo assim os custos operacionais associados ao retrabalho e aos atrasos em razão da falta de conformidade com as exigências legais. A maximização do custo-benefício ocorre quando a contratação dessas agências resulta em um serviço de qualidade superior por um valor competitivo, evitando multas e sanções decorrentes de falhas na publicação.

Além disso, a solução proposta otimiza o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis na prefeitura. Com a contratação de uma agência especializada, os servidores públicos podem concentrar seus esforços em atividades estratégicas relacionadas à gestão pública, ao invés de se dedicarem a tarefas burocráticas, como a formatação e disseminação de atos oficiais. Essa reorientação das funções contribui para a eficiência do serviço público, permitindo que questões mais relevantes e de maior impacto social sejam tratadas com a devida atenção.

Em termos de recursos materiais e financeiros, a utilização de agências especializadas reduz a necessidade de investimentos em equipamentos e softwares específicos que seriam necessários para atender às demandas de publicação. Ao transferir essa responsabilidade para uma empresa especializada, a prefeitura consegue minimizar gastos com manutenção de infraestrutura e capacitação contínua de pessoal, que são custosos e muitas vezes ineficientes quando considerados em longo prazo.

Jenica



Dessa forma, a escolha pela contratação de agências especializadas não apenas atende à necessidade imediata de conformidade legal, mas também assegura um uso mais inteligente e econômico dos recursos públicos, resultando em transparência e regularidade nos processos administrativos.

☰ PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para a implementação eficaz da solução "Agências Especializadas" visando à publicação de atos oficiais em conformidade com a Lei 14.133/2021, a Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão deve considerar as seguintes providências:

Primeiramente, é essencial realizar um mapeamento das demandas específicas de publicações que a prefeitura possui. Esse levantamento incluirá a quantidade e a periodicidade dos atos a serem publicados, o que possibilitará a definição de um escopo claro para os serviços a serem contratados junto às agências especializadas. Além disso, essa etapa permitirá identificar necessidades adicionais de comunicação, como consultorias para elaboração de textos legais e administrativos, adequação dessas informações aos padrões exigidos e monitoramento da veiculação em veículos oficiais.

Em seguida, é necessário proceder com a definição de critérios técnicos e de qualidade para a escolha da agência especializada que será contratada. Considerando a especificidade da necessidade, recomenda-se estabelecer indicadores que garantam não apenas a entrega no prazo, mas também a qualidade e a conformidade com as normas vigentes. Esses critérios devem ser direcionados à capacidade da agência em atender às exigências legais, bem como sua experiência comprovada na área de publicações oficiais.

Ainda, é pertinente planejar a criação de um canal de comunicação contínua entre a equipe da prefeitura e a agência contratada. Este canal terá como objetivo facilitar a troca de informações, responder a eventuais dúvidas sobre os atos a serem publicados e garantir que as falhas comunicativas sejam minimizadas. Essa ação é crucial para evitar atrasos e assegurar a celeridade nas publicações.

Adicionalmente, antecipa-se a necessidade de capacitação específica dos servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato com a agência especializada. Essa capacitação deve abranger temas como a nova legislação sobre contratações públicas, técnicas de acompanhamento de serviços prestados e a importância da transparência e publicidade dos atos administrativos, de modo a garantir que a administração pública possa realizar uma vigilância efetiva sobre o cumprimento do contratado.

Por fim, recomenda-se que seja estabelecida uma metodologia para a avaliação regular dos serviços prestados pela agência especializada. Essa avaliação poderá ocorrer por meio de reuniões periódicas, relatórios de desempenho e análise de feedback sobre a qualidade das publicações realizadas. Esse processo de reavaliação constante é vital para ajustar métodos de trabalho e aprimorar a eficácia da solução adotada.

Jéssica



Essas providências visam garantir que a Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão consiga superar os desafios enfrentados atualmente e promova uma gestão mais eficiente e transparente de seus atos oficiais.



CONTRATAÇÕES CORRELATAS

A análise da necessidade de contratações correlatas e interdependentes para a solução escolhida, que consiste na contratação de agências especializadas para a publicação de atos oficiais, aponta para a conclusão de que não há necessidades prementes de contratações adicionais que devam ser realizadas antes dessa contratação.

Isso se deve ao fato de que a solução proposta visa, de forma direta, atender às demandas específicas relacionadas à formatação, divulgação e cumprimento dos prazos legais exigidos pela legislação vigente. As agências especializadas possuem a expertise necessária para garantir que os atos oficiais sejam publicados nos formatos adequados e nos veículos certos, diminuindo as dificuldades enfrentadas atualmente.

Embora possa haver necessidade de manutenções ou ajustes ocasionais nas plataformas de comunicação utilizadas, estas podem ser desenvolvidas paralelamente à contratação da agência, sem comprometer o processo. Dessa forma, eventual adequação predial que possa impactar na infraestrutura para publicações pode ser realizada de maneira subsequente, visto que a implementação do serviço especializado naturalmente impulsionará a regularização dos processos de publicações, tornando qualquer intervenção estrutural futura menos urgente.

Assim, a conclusão é que a contratação de agências especializadas atende de modo suficiente às necessidades atuais da Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão, permitindo que a administração pública otimize sua atuação em publicações oficiais, sem a obrigatoriedade de contratações correlatas e interdependentes anteriores. Essa abordagem permitirá uma resolução mais eficiente e focada no problema central apresentado, contribuindo efetivamente para a transparência e regularidade dos processos administrativos.



IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de agências especializadas para a publicação de atos oficiais pode gerar alguns impactos ambientais, especialmente no que diz respeito ao uso de recursos e à geração de resíduos. Um dos principais impactos é o consumo excessivo de papel, decorrente da impressão de documentos e publicações. Para mitigar esse impacto, é recomendável a adoção de práticas de digitalização de documentos. As publicações podem ser realizadas prioritariamente em formato eletrônico, reduzindo assim a necessidade de impressões físicas.



Além do uso elevado de papel, há também o impacto relacionado ao consumo de energia durante as operações das agências, tanto na impressão quanto na manutenção de servidores. A eficiência energética pode ser promovida por meio da escolha de fornecedores que utilizem equipamentos com certificação energética, como aqueles que possuem selo Procel ou similares. Investir em tecnologias verdes, como sistemas de energia solar para abastecimento elétrico das instalações das agências, pode contribuir significativamente para a redução do consumo energético.

Outro aspecto importante a ser considerado é a gestão dos resíduos gerados pela atividade das agências. A implementação de um programa de logística reversa se faz essencial, visando o correto desfazimento e reciclagem de materiais, como papel, embalagens e outros resíduos eletrônicos. Esse programa pode incluir a parceria com cooperativas de catadores locais e empresas especializadas em reciclagem, garantindo que os resíduos sejam adequadamente tratados e reaproveitados, minimizando os impactos ambientais.

Adicionalmente, é pertinente considerar o uso responsável de recursos digitais. A utilização de plataformas online para a disseminação das informações pode facilitar o acesso à população e reduzir significativamente a necessidade de publicações físicas, contribuindo para a diminuição da pegada ecológica das atividades administrativas.

Em resumo, os impactos ambientais relacionados à contratação de agências especializadas na publicação de atos oficiais incluem o consumo de papel e energia, além da geração de resíduos. Medidas mitigadoras eficazes envolvem a digitalização das publicações, a escolha de fornecedores com compromisso ambiental, a implementação de programas de logística reversa e a promoção de soluções digitais, todas voltadas para garantir a eficiência no uso de recursos e a redução dos impactos ambientais.

✓ CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é PLENAMENTE VIÁVEL.

Itinga do Maranhão - MA, 13 de Janeiro de 2025

Jessica Sabrina Jr. Lopes

Jessica Sabrina Miranda Lopes

Secretária Adjunta Municipal de Finanças

Decreto nº 038/2025 - GAB